



Relatório de Gestão

2015 - 2019

**Maria Cristiana
Simões A. Ziouva**

MPF | Procuradoria
Regional da
República
Ministério Público Federal | 3^a Região

Procuradoria Regional da República da 3ª Região

Procuradora-Chefe

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Procuradora-Chefe Substituta

Rosane Cima Campiotto

Chefe de Gabinete

Priscilla Cruz Leal

Assessoria Jurídica

Alexandre Yuriya Uraue

Assessoria Especial

Meire Rose Santos Pereira

Assessoria de Pesquisa e Análise Descentralizada

Estêvão Cerqueira Crespo

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Silvia Kazumi Kumoto Fukuoka

Assessoria Especial de Eventos

Leda Márcia M. Conti Costa Lima

Assessoria de Comunicação Social

Beatriz Martins Mendes Gomes

Secretário Regional

Evaldo Martins Vieira

Coordenadoria de Administração

Ana Izabel dos Santos

Comissão Permanente de Licitação

Suely Santos Silva

Divisão de Execução Orçamentária e Financeira

Adriana Guimarães Teixeira

Setor de Execução Orçamentária e Financeira

Marcos dos Santos Chaga

Divisão de Infraestrutura e Logística

Wagner Andrade de Almeida

Seção de Manutenção e Serviços Gerais

Arnaldo Hideo Sensato

Seção de Logística

Joedson Souto Costa

Divisão de Contratação e Gestão Contratual

Victor Gonçalves Maturana

Seção de Gestão de Contratos

Renata Sousa Rodrigues Januario

Seção de Conformidade Financeira e Documental

Maria Zélia Soares de Albuquerque

Coordenadoria Jurídica

Selma Duenias Gonçalves Rosa

Divisão de Exame e Classificação

Adriano Ribeiro de Oliveira

Divisão de Registro, Distribuição e Informação Processual

Claudio Fujikazu Kikuchi

Divisão de Apoio às áreas Cível e Criminal

Luciana Barbosa Cordeiro

Seção Cível da Tutela Coletiva

Denise Rodrigues Fargiani

Seção de Ações Originárias e Criminais

Renan Augusto Cardoso

Divisão de Biblioteca e Pesquisa

Wilson Teixeira Marinho de Vasconcellos

Núcleo de Estatística

Alexandra Costa

Setor de Gestão Documental

Fabio Fusaro de Almeida

Seção de Apoio às Sessões do TRF

Augusto Mario da Silva

Setor de Atendimento ao Cidadão

Carlos Alberto Chacon

Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Ronaldo da Silva

Núcleo de Assistência à Saúde e Bem-Estar

Denise Alves Chicoli

Núcleo de Capacitação e Desenvolvimento Funcional

Ana Carolina Benvenuto Ferrari

Núcleo de Registro e Acompanhamento Funcional

João Ivanildo de Sales

Seção de Estágio

Lelia Regina Rolim Cardozo de Mello Tucunduva

Coordenadoria de Tecnologia de Informação e Comunicação

Alexandre Saadi

Núcleo de Atendimento ao Usuário

Wesley Moura Vidal

Núcleo de Rede e Infraestrutura

Auro Makoto Nishimura

Núcleo de Desenvolvimento e Sustentação de Soluções

Benefrancis do Nascimento

Ministério Público Federal

Procuradoria Regional da República da 3ª Região

Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 2020

Cerqueira César, São Paulo-SP, CEP 01318-002

www.mpf.mp.br/regiao3

twitter.com/mpf_prr3

twitter/pre_sp

Organização e elaboração

Beatriz Martins Mendes Gomes

Teofilo Tostes Daniel

Projeto gráfico, revisão, diagramação e fotos:

Danilo Sartore dos Anjos

Assessoria de Comunicação Social do MPF na 3ª Região

Foto de capa

Enio Yudi Hayashida

Publicado em outubro de 2019



Sumário

Fortalecimento da atuação finalística	08
Gestão orçamentária e administrativa	11
Diálogo com o cidadão	18
Gestão do Trabalho e Recursos Humanos	20
Comunicação Interna	22
Tecnologia da Informação	25
Segurança institucional	26
Sustentabilidade	27
Qualidade de Vida no Trabalho	28

Apresentação

Chego ao fim de quatro anos na chefia da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR3) com a sensação de missão cumprida. Não foi um período fácil. As restrições trazidas pelo contingenciamento orçamentário exigiram de mim e da minha substituta, Rosane Cima Campiotto, decisões muitas vezes duras e difíceis de serem tomadas. Administrar um orçamento mais restrito trouxe muitos desafios, como restringir o horário de funcionamento da unidade ou diminuir postos de trabalho terceirizados.

Apesar das restrições orçamentárias e da redução de servidores, em razão de aposentadorias sem reposição das vagas, o período também permitiu muitas realizações. Entre elas, destaca-se a realocação de analistas judiciais, o que permitiu estruturar a maior parte dos gabinetes dos procuradores regionais da República desta unidade. Com a medida, apenas quatro gabinetes não contam com analistas exclusivos, com exceção daqueles que têm como assessor um analista.

O período foi também de muitas mudanças. Houve a implantação e expansão do Processo Judicial Eletrônico (Pje) em todas as classes processuais, cíveis e criminais. No primeiro semestre de 2019, chegamos a uma entrada total de 57,8% de processos eletrônicos na unidade.

Neste período, também ocorreu o projeto de Modernização dos Gabinetes. A Certificação dos Ofícios foi um marco importante de concretização desse processo. O objetivo do projeto foi imprimir mais economia, eficiência e produtividade à atuação finalística no Ministério Público Federal.

Na PRR3, 14 ofícios receberam o certificado de excelência pelos processos de trabalho em seus gabinetes.

Foi também o período em que os principais canais de comunicação com os públicos interno e externo foi unificado. A página da PRR3 hoje faz parte do Portal do MPF e a Intranet da PRR3 agora está no padrão nacional.

O presente relatório detalha as principais ações destes quatro anos em que estive na chefia da PRR3, desde outubro de 2015. Registro que todas essas realizações não seriam possíveis sem o trabalho e o empenho dos servidores que trabalham nos diversos setores administrativos no âmbito desta Procuradoria.

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da
3ª Região

entre outubro de 2015 e setembro de 2019



Fortalecimento da atuação finalística

Tomar medidas para que a atuação finalística do Ministério Público Federal esteja em constante aprimoramento, e possa ser realizado com efetividade e celeridade, é o principal objetivo do trabalho realizado pelas diversas áreas da Procuradoria Regional da República da 3ª Região. Neste sentido, entre 2015 e 2019, foi tomada uma série de medidas para fortalecer a atividade-fim no âmbito da PRR3.

Reorganização e ampliação dos escritórios

Os cargos de procurador regional eleitoral e procurador regional eleitoral substituto tornaram-se funções, e não mais escritórios. Desta maneira, foi possível ampliar de 54 para 56 o número de escritórios da Procuradoria. Esta medida permitiu a ampliação do Núcleo de Combate à Corrupção (NCC), que passou a ter sete procuradores regionais em sua composição. Além disso, o Núcleo Cível passou a contar com 31 escritórios e o Criminal com 18.

Outro núcleo bastante modificado com a reestruturação de escritórios foi o Núcleo da Tutela Coletiva (NTC). Ele passou a se dividir em quatro grupos temáticos: Núcleo de Defesa da Cidadania, Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral (NCDS); Núcleo de Defesa dos Direitos do Consumidor e Ordem Econômica (NCOE); Núcleo de Defesa dos Direitos Ambientais e Patrimônio Cultural (NDAC); e Núcleo de Defesa dos Direitos dos Índios e Minorias (NDIM).

Estruturação dos escritórios

Neste período, foi feita uma realocação de analistas processuais. Com a medida, dos 56 escritórios, apenas três não têm um analista exclusivo, com exceção dos escritórios que têm como assessor um analista. Essa era uma das primeiras metas da procuradora-chefe, quando assumiu a chefia.

Criação do Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos (Nusac)

Criado em maio de 2018, o Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos tem o objetivo de dar apoio institucional na promoção de soluções alternativas e consensuais de conflitos por meio de mecanismos como a mediação e a conciliação, judicial e extrajudicial, no âmbito da PRR3. O Núcleo é atualmente composto por cinco procuradores regionais.

Modernização dos gabinetes e Certificação de ofícios



A Certificação dos Ofícios foi um marco importante de concretização de etapa do projeto de Modernização de Gabinetes (MOGAB), com vistas a disseminar processos de trabalho otimizados e incentivar a capacitação de membros e servidores nas práticas de gabinete. O objetivo do projeto foi imprimir mais economia, eficiência e produtividade à atuação finalística no Ministério Público Federal.

Na PRR3, 14 ofícios foram certificados e receberam o certificado de excelência pelos processos de trabalho em seus gabinetes. Além disso, a unidade também ganhou uma placa, que está permanentemente afixada no GPC.

Processos Eletrônicos

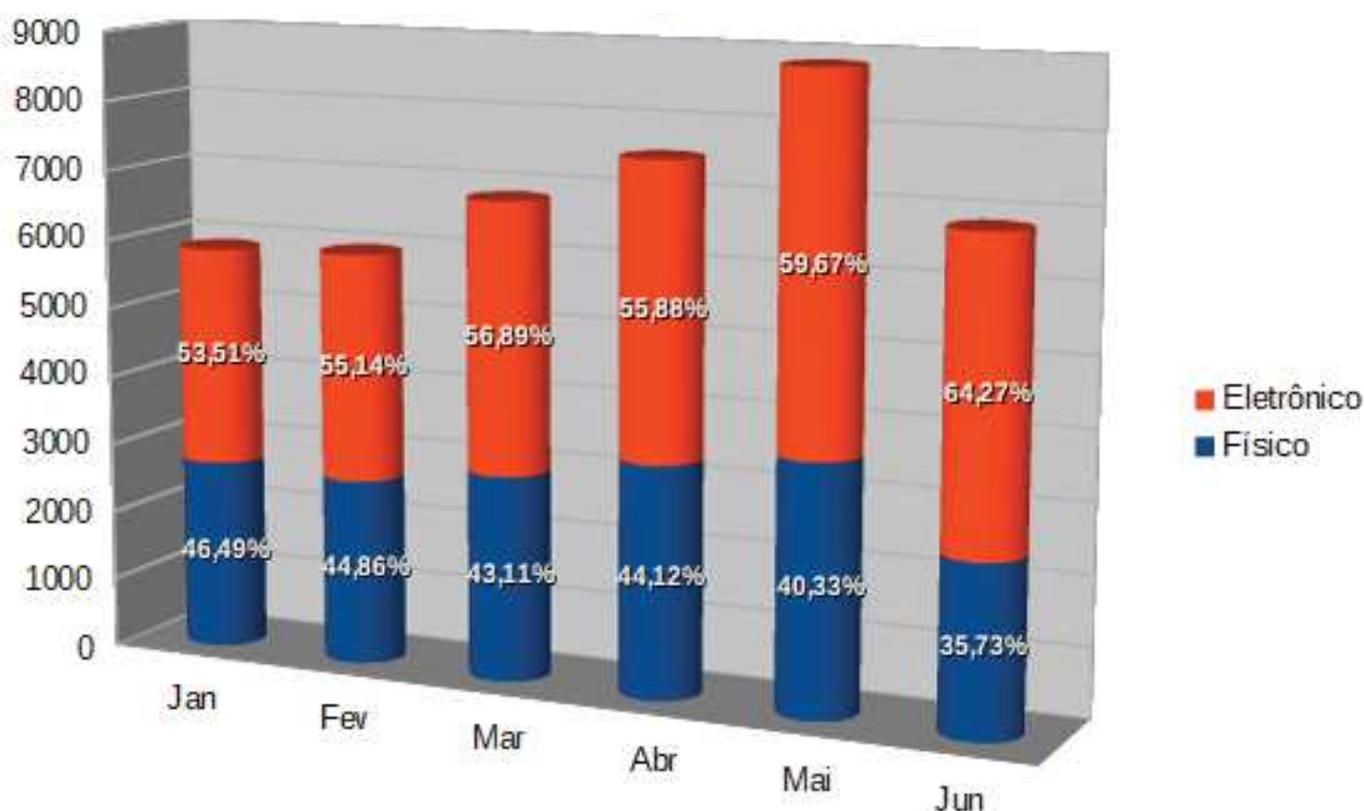
Ao longo destes quatro anos, a PRR3, através da Coordenadoria Jurídica, acompanhou e participou da implantação e expansão do Processo Judicial Eletrônico (Pje) em todas as classes processuais, cíveis e criminais. No primeiro semestre de 2019, chegamos a uma entrada total de 57,8% de processos eletrônicos na unidade.

Em 2017, teve início também a substituição dos processos físicos administrativos e extrajudiciais, por processos eletrônicos de pagamento. Com isso, toda documentação fiscal necessária para efetuar os pagamentos também é enviada em formato eletrônico pelas empresas, propiciando eliminação de papel e maior controle dos gastos em cada exercício financeiro.

Além disso, desde abril de 2019, o Ministério Público Federal passou a receber protocolo de documentos apenas no formato eletrônico. A Cojud também auxiliou na implementação do protocolo eletrônico na PRR3.

Entrada processual – 1º Semestre 2019

Entrada – Processo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total	%
Físico	2722	2658	2940	3315	3570	2437	17642	42,2%
Eletrônico	3133	3267	3879	4199	5281	4384	24143	57,8%
Total	5855	5925	6819	7514	8851	6821	41785	



Sala de oitivas

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) implementou na unidade uma segunda sala de videoconferências, no quinto andar, que conta com uma nova solução para oitivas. O sistema utiliza uma tecnologia que garante sigilo, autenticidade e integridade dos materiais produzidos, por meio de assinatura digital e armazenamento em nuvem privada do MPF, o Portal de Oitivas.

Gestão orçamentária e administrativa

A questão orçamentária representou um desafio não somente para a PRR3, mas para todas as unidades do Ministério Público Federal nos últimos anos. A limitação dos gastos estabelecida por meio da Emenda Constitucional nº 95 exigiu que a administração do MPF se adaptasse para desempenhar todas as suas funções institucionais utilizando orçamentos cada vez menores, ano após ano.

Apesar dos obstáculos, sendo a falta de servidores o principal deles, o resultado do contingenciamento foi que a PRR3 passou a gerenciar o seu orçamento de forma mais eficiente. Além disso, a unidade até manteve seu selo Ouro, o segundo mais alto na escala na certificação de desempenho da administração.

Certificação de desempenho do painel de contribuição

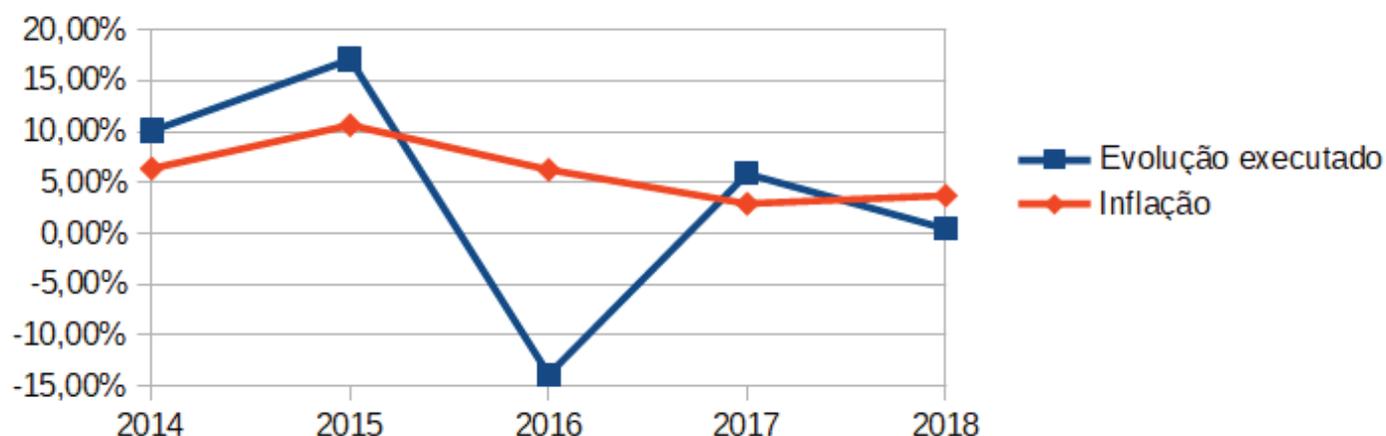
No período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de julho de 2019, a área administrativa da PRR3 canalizou esforços para cumprimento dos critérios definidos no Painel de Contribuição, buscando não somente uma melhor qualificação pela pontuação, mas também um melhor alinhamento com a estratégia nacional, aprimoramento do desempenho e promoção da excelência de gestão.

Foram realizados dois processos de certificação durante esta administração. O primeiro foi realizado em 2016 e a unidade atingiu o percentual de 92,40% de atendimento dos critérios estabelecidos, obtendo pela primeira vez selo Ouro. Nesta segunda certificação, a Unidade manteve o selo, atingindo 935 do total de 1000 pontos possíveis.

Durante todo o período da certificação, a Assessoria de Gestão Estratégica da PRR3 acompanhou a evolução dos resultados, através de reuniões de Análise da Estratégia (RAE), com o colégio de procuradores, de Análise Tática (RAT), entre as chefias das coordenadorias e a procuradora-chefe, e de Acompanhamento Operacional (RAO), entre chefias e a Secretaria Regional.

Contingenciamento

Comparativo Evolução da Execução x Inflação



Reajuste do Orçamento executado perante a inflação

Em 2015, o orçamento da PRR3 foi de R\$ 6.652.987,00

Em 2016, primeiro ano de contingenciamento devido à EC nº 95, houve redução de 20% do orçamento, passando para R\$ 5.731.708,00.

Em 2017, houve aumento, passando o orçamento para R\$ 6.069.732,00

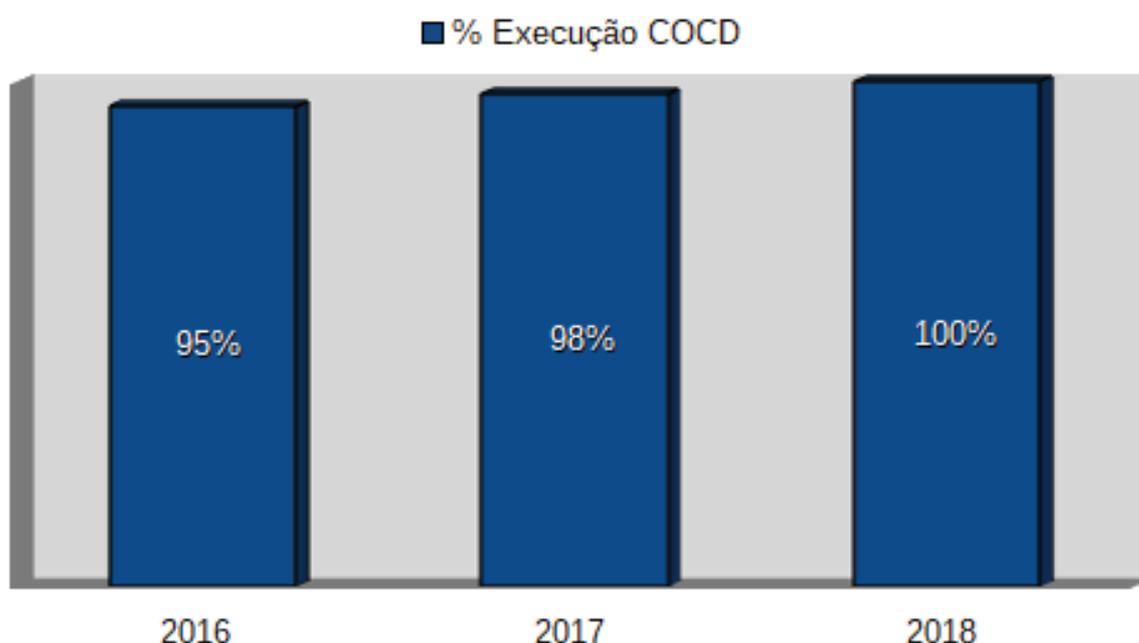
Em 2018, o orçamento manteve-se praticamente igual ao do ano anterior, no valor de R\$ 6.099.481,00

Portanto, para atender às restrições impostas pela EC 95, a PRR3 adaptou-se por meio de ajustes para desempenhar todas as suas funções institucionais utilizando, em 2018, um orçamento que corresponde a aproximadamente 91% do valor disponível em 2015.

Ou seja, mesmo com as perdas monetárias decorrentes da inflação, o volume de gastos desta unidade em 2018 foi, em termos absolutos, quase 10% menor do que o valor gasto em 2015.

Execução orçamentária

Paralelamente aos ajustes no planejamento orçamentário, para enquadrar as previsões à nova realidade imposta pela EC 95, a PRR3 aumentou a eficiência da execução orçamentária, como pode ser observado por meio do índice de Capacidade Operacional da Despesa Corrigida (CODC), que indica o percentual do orçamento (planejado) que foi efetivamente executado.



Observa-se que o indicador de execução no exercício (CODC) evoluiu gradativamente a partir de 2016, em que foi de aproximadamente 95%, alcançando a 100% de execução em 2018.

Portaria de horários

Em abril de 2016, foi editada a Portaria PRR3 n° 99, que regulamentou a jornada de trabalho e o horário de funcionamento da unidade. A medida foi necessária em razão das restrições orçamentárias enfrentadas pela Procuradoria a partir daquele ano.

O horário de funcionamento na unidade passou a ser das 9h às 19h, vedando trabalho fora do expediente fixado. A portaria se mostrou uma decisão acertada, dado que os gastos com energia elétrica foram consideravelmente reduzidos.

Redução do consumo de água e energia elétrica



Diante da nova realidade orçamentária, o consumo de recursos de utilidade pública, como água e energia elétrica, também teve de ser reduzido. Entre 2016 e 2018, houve redução de 10% do consumo de energia elétrica em KWh, com diminuição de 14% do valor da conta de luz. O consumo de água, por sua vez, foi reduzido 12% durante o mesmo período.

Este foi o resultado de algumas medidas que tiveram que ser tomadas durante o período. A primeira delas foi a alteração no horário de funcionamento do edifício, de 14 horas diárias, das 07h às 21h, para dez horas diárias, das 09h às 19h.

O ar condicionado, que é o principal responsável pelo consumo de energia elétrica no edifício, também passou a operar em horário reduzido. Além disso, encontra-se em andamento a modernização dos chillers que compõem o sistema de resfriamento do ar-condicionado central, o que trará maior eficiência energética para os equipamentos. A obra deve ser concluída em dezembro de 2019.

Para diminuir os gastos de água, foram realizadas ações como a regulagem das válvulas de descarga das bacias, troca dos arejadores das torneiras dos sanitários, aumento da periodicidade na lavagem dos estacionamentos, racionalização na lavagem dos reservatórios e utilização de água de reuso na irrigação do jardim.

Repactuação de contratos

Diante da necessidade de readequação orçamentária, foi realizada supressão em 12 contratações, sendo oito delas em contratos com mão de obra residente e quatro em contratos sem alocação de mão de obra.

As supressões dos contratos com mão de obra residente se deram pela redução no quantitativo de postos de trabalho, resultando em diminuição de 26,49% no total. Os trabalhadores foram transferidos para outros postos das contratadas em locais diversos.

Desses contratos, apenas o de manutenção e conservação das dos jardins e o de locação de máquinas reprográficas foram reduzidos de formas diferentes. O primeiro, por possuir apenas um posto, contou com redução de aproximadamente 2% negociada com a contratada enquanto o segundo foi suprimido em sua totalidade.

Os contratos sem mão de obra residente não poderiam ser alterados sem modificação substancial do objeto, dada a natureza da sua prestação. Mesmo assim as empresas foram chamadas à negociação e disso decorreu a redução 9,22% no valor mensal da prestação dos serviços, por meio de descontos.

Em valores absolutos, os contratos com mão de obra residente tiveram uma redução de R\$ 103.854,20 mensais, totalizando R\$ 1.246.250,40 anuais, enquanto os contratos sem alocação de mão de obra geraram economia de R\$ 1.402,18 por mês, o que resulta em R\$ 16.826,16 por ano.

Pesquisa de preços

Nesta gestão, houve um aumento da transparência dos processos de pesquisa de preços, uma vez que a íntegra de todas as mensagens trocadas com potenciais fornecedores, e também as propostas formalizadas, passou a ser incluída nos PGEAs.

A administração da PRR3 também passou a realizar um tratamento estatístico dos preços obtidos nas pesquisas através de uma metodologia elaborada pela Secretaria de Gestão da PGR, que consiste no estabelecimento de valores máximos a serem admitidos nas aquisições, desconsiderando-se valores que extrapolam o desvio-padrão da amostra de preços. Essa metodologia também determina a utilização obrigatória de outras fontes para compor a cesta de preços da pesquisa, para evitar propostas com sobrepreço intencional.

Todas essas ações permitiram a obtenção de médias mais realistas de preços.

Aquisições

A partir de 2017, as aquisições de bens de pequeno valor passaram a ser realizadas por Sistema de Cotação Eletrônica, através do portal de Compras Governamentais.

O Sistema de Cotação Eletrônica aplica-se às compras de bens que se enquadram na hipótese de dispensa em razão do valor, que atualmente é de até R\$ 17.600,00.

Ao contrário da contratação convencional por dispensa de licitação, em que participavam poucas empresas, diretamente convidadas pela administração, no Sistema de Cotação Eletrônica há a participação de um número maior de fornecedores, ampliando a competitividade, uma vez que a divulgação da compra alcança licitantes que estão cadastradas no portal de Compras Governamentais, inclusive de outros estados da federação.

Desde 2017, foram realizados 43 processos de aquisição via Sistema de Cotação Eletrônica, para aquisição de material de informática, construção civil, odontológico, expediente, manutenção predial, elétrico, consumo, comunicação, refrigeração, tecnologia da informação, entre outros.

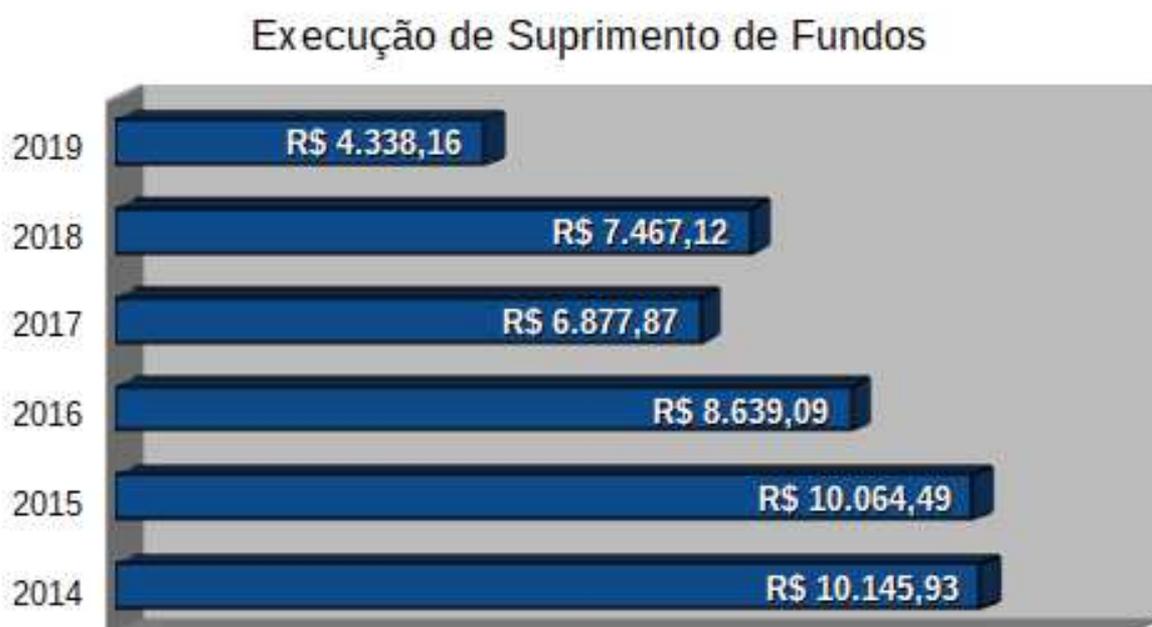
Além disso, todas as aquisições e contratações, inclusive dispensas de licitação e registros de preços, passaram a ser registradas em tempo real no Sistema de Gestão Administrativa (SGA). Deste modo, é possível o compartilhamento de informações entre todas as unidades do MPF e a alimentação automática do Portal da Transparência com os dados.

Suprimento de fundos

Com vistas a assegurar maior transparência nas aquisições, os processos de suprimento de fundos passaram a ser geridos pelo SGA. Dessa forma, foi desenvolvido um novo fluxo no processo administrativo na PRR3. Os gastos passaram a ser lançados no SGA, o que permite uma prestação de contas parcial feita de modo antecipado, aumentando a transparência e facilitando o fluxo de trabalho com despesas dessa natureza.

A atual gestão se preocupou em diminuir as aquisições de bens e contratações de serviços por este regime de adiantamento, priorizando o procedimento licitatório e dispensa de licitação – quando cabível – garantindo, assim, a qualidade do gasto.

Abaixo, quadro comparativo do valor, em reais (valor nominal), gasto com cartão pagamento do governo federal.



Data base 26/08/2019

Pagamentos

Em Cumprimento à Portaria SG/MPF n.º 110, de 6 de Fevereiro de 2015, iniciou-se, em meados de 2017, a substituição dos processos físicos pelos processos eletrônicos de pagamento.

A cada exercício financeiro é autuado um processo eletrônico de pagamento individual para cada contratação. Toda a documentação fiscal necessária para efetuar os pagamentos é enviada em formato digital pelas empresas.

Com isso, foi eliminada a impressão de papéis e aumentou-se o controle dos gastos em cada exercício financeiro.

Diálogo com o cidadão

Transparência e informação são pilares da atuação do Ministério Público Federal, assim como a incessante busca por prestar um atendimento de qualidade ao cidadão. Na PRR3, algumas ações foram realizadas com o objetivo de aprimorar este diálogo com a sociedade.

Fortalecimento da comunicação



Logo no início da gestão, todas as unidades do MPF estavam empenhadas num passo importante para fortalecer a comunicação do órgão com o público externo: a criação do Portal do MPF. O objetivo da criação do portal era fortalecer o Ministério Público, promovendo uma comunicação unificada.

Ao contrário do que ocorria até então, com o portal qualquer cidadão identifica facilmente que está numa página do MPF, fortalecendo a marca da instituição.

O projeto era discutido nos fóruns de comunicação do MPF desde 2005, mas somente em 2015 foi possível realizar esse trabalho. Toda parte de criação das funcionalidades do site, layout, etc. ficou centralizado na Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República. A migração do conteúdo das páginas das unidades para o novo portal foi realizado por meio de trabalho conjunto com as unidades e a PGR. Já a criação da estrutura e o gerenciamento do conteúdo da página fica por conta das unidades.

Na PRR3, a migração contou com o trabalho da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, que preparou os arquivos no formato necessário para serem inseridos no novo portal, e da Assessoria de Comunicação, que passou a fazer o gerenciamento da página. No processo de migração, um componente aumentou a complexidade do trabalho realizado: a diferença de gerenciadores de conteúdo. Enquanto no Portal do MPF, o gerenciador utilizado era o Plone, na PRR3 era usado o Joomla.

A página da PRR3 migrou para o Portal do MPF em fevereiro de 2016. Nessa etapa, foram migradas as páginas estáticas e as notícias do site antigo. Arquivos, como portarias, editais, atas, entre outros, ficaram publicados no antigo endereço até outubro de 2018, quando todo o conteúdo da antiga página da PRR3 migrou de forma definitiva para o Portal.

Em 2019, foi atualizada uma outra importante ferramenta para comunicação externa: o mailling. Além de atualizar os contatos válidos de jornalistas, foram feitas listas de contatos temáticas, como meio ambiente, direitos humanos, órgãos públicos, entre outros. Tudo para tornar mais efetiva a divulgação de notícias da unidade.

MPF na Comunidade (Educação Social)



Criada em 2013, o MPF pela Educação Social é uma iniciativa continuada em que procuradores vão a escolas para falar com os alunos sobre temas de atuação do Ministério Público Federal, como promoção à igualdade de gênero, internet e fake news, sustentabilidade, entre outros.

Em 2019, a iniciativa foi formalizada, tendo obtido favorabilidade de execução pelo Subcomitê Consultivo de Projetos da Secretaria Geral da PGR e apoio das sete Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF.

Agora, está sendo preparado um site, que vai trazer informações de como as escolas podem se inscrever para participar do projeto, além de novidades, notícias e vídeos.

Portal da Transparência

Com intuito de promover o aperfeiçoamento do Portal Transparência do Ministério Público Federal, ferramenta de acesso às informações da gestão administrativa da instituição, a PRR3 promoveu o aperfeiçoamento da alimentação de dados e obteve índice de 100% de atendimento às normas vigentes que regem o Portal.

Acessibilidade na PRR3



A Sala de Atendimento ao Cidadão passou por reformas para atender às normas de acessibilidade de pessoas com deficiência. Além disso, foi contratada uma empresa que está realizando o projeto de adequação de todo o edifício-sede da Procuradoria.

Refletores de LED

Em 2018, a PRR3 adquiriu refletores Led para iluminação do prédio. Com sete cores diferentes, os canhões de luz possibilitaram que a PRR3 ilumine o prédio durante campanhas nacionais como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul, promovendo a conscientização sobre esses temas tão relevantes.



Gestão do Trabalho e Recursos Humanos

Teletrabalho

O teletrabalho foi instituído na PRR3 em 2017, através da Portaria PRR3 55/2017. Atualmente, 46 servidores possuem autorização ativa para realizá-lo.

Na nossa unidade, podem fazer teletrabalho apenas os analistas e assessores de gabinetes. Nas áreas administrativas, apenas é possível em caso de conversão de licença em teletrabalho, e há seis casos assim por aqui.



Programa Jovens Aprendizizes



Em novembro de 2018, a PRR3 retomou o programa de Jovens Aprendizizes, recebendo cinco estudantes para trabalhar na Procuradoria. O programa tem como objetivo desenvolver habilidades tanto profissionais quanto pessoais, expandindo os conhecimentos dos jovens. A proposta é que eles permaneçam na Procuradoria por dois anos, com funções rotativas, a fim de explorar e aprender com as diferentes áreas.

Serviço Voluntário

O serviço voluntário é uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física ao MPF, de forma espontânea e com objetivos cívicos, educacionais, culturais, científicos ou de assistência social. Ao final do programa, o participante recebe certificado de realização de serviço voluntário.

Na PRR3, o primeiro recrutamento para o programa aconteceu em 2019, quando cinco pessoas foram selecionadas e atualmente atuam na Procuradoria.

Comissões da PRR3

A partir de 2018, os secretários lotados em gabinetes de procuradores passaram a também ser indicados para compor comissões permanentes e temporárias na PRR3. A medida permitiu que o trabalho fosse melhor distribuído, uma vez que muitos servidores que antes atuavam nos setores administrativos tiveram que ser realocados.

Mapeamento de processos

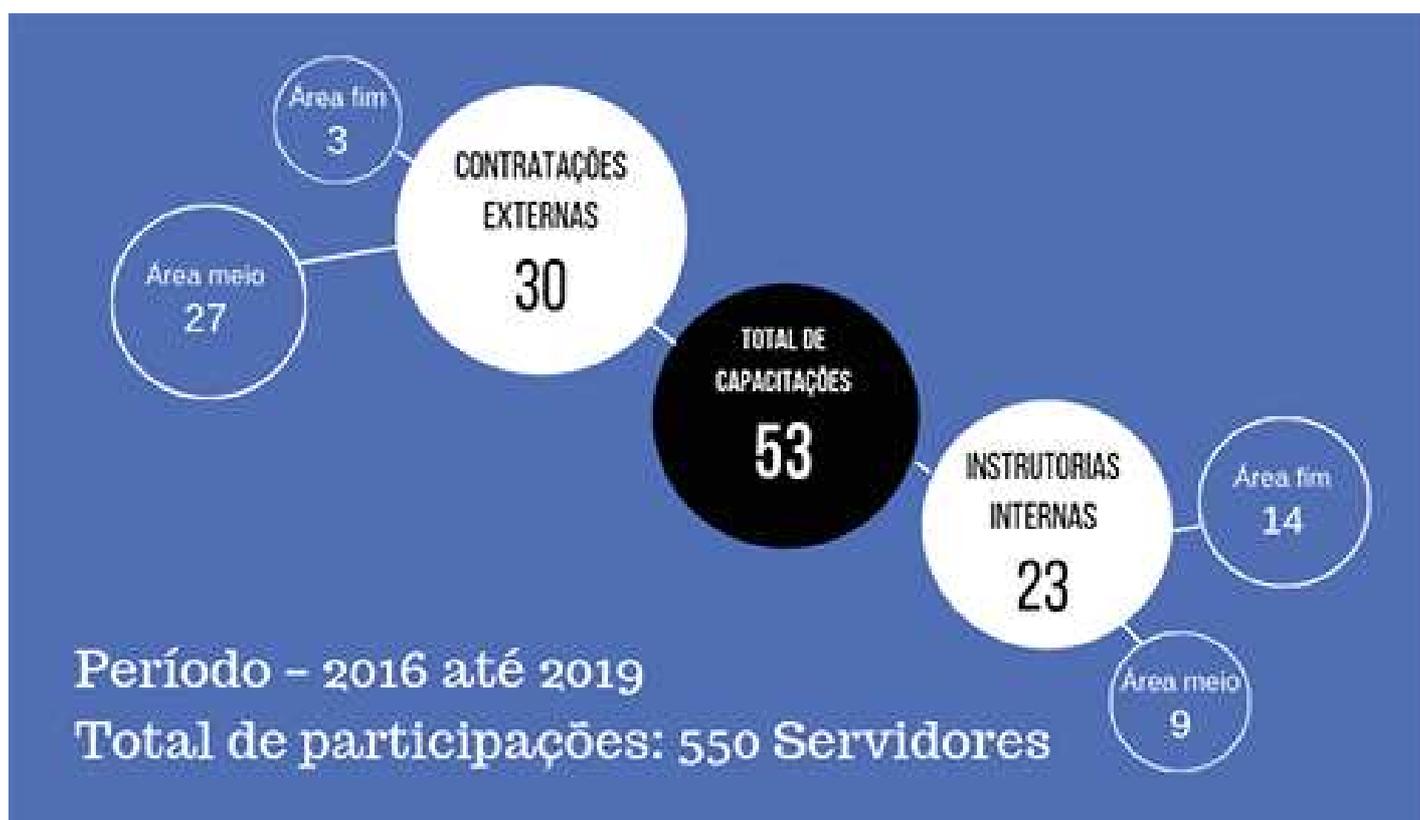
O gerenciamento de processos é uma metodologia utilizada para a busca de níveis mais altos na excelência de gestão. A adoção dessa metodologia promove ganhos em desempenho com a eliminação de falhas e de atividades que não agregam valor. Com isso, busca-se aumentar o nível de satisfação dos

clientes além de melhoria contínua nas rotinas de organização.

De 2015 a 2019 foram mapeados dez processos na PRR3, sendo oito na área administrativa e dez relacionados à atuação finalística.

Cursos e capacitações

Foram realizadas no período de 2016 até o momento 53 capacitações sendo 23 instrutorias internas e 30 contratações externas. Das instrutorias internas 14 foram direcionadas para área fim e 09 para a área meio. Dos cursos realizados externos, 27 para a área meio e 03 para área fim. Estas ações resultaram em 550 participações de servidores.



Comunicação Interna

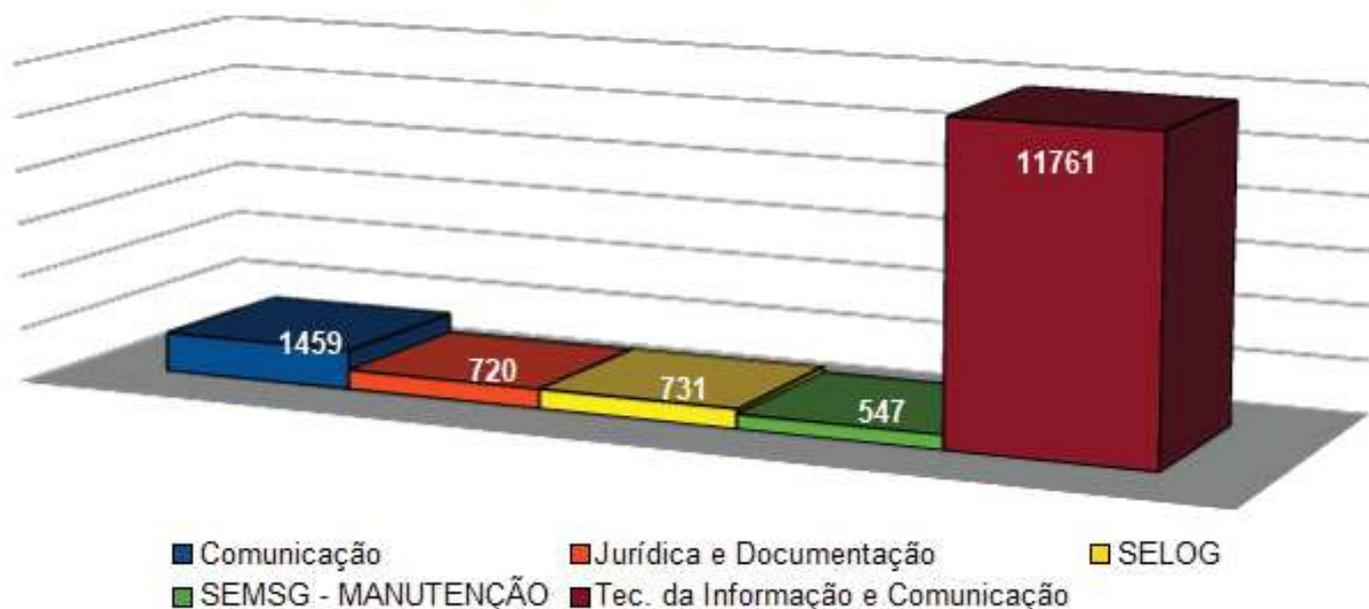
Sistema Nacional de Pedidos

No âmbito de todo o MPF, foi implantada uma ferramenta para centralizar demandas: o Sistema Nacional de Pedidos. Inicialmente, apenas a área de Tecnologia recebia chamados, mas depois a ferramenta passou a ser usada por diversas outras áreas, como a Comunicação, a Manutenção Predial e o Patrimônio.



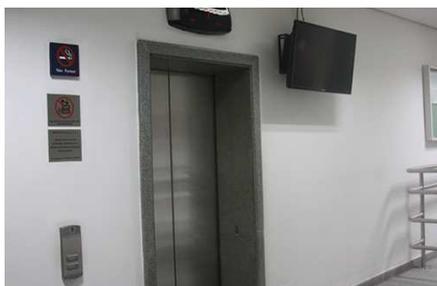
A ferramenta, além de permitir a construção de uma base de dados que facilita futuros atendimentos, permite uma análise gerencial para melhor utilização de recursos humanos. Ela ainda permite que os usuários acompanhem seus chamados, aumentando a transparência. Até agosto de 2019 foram atendidos mais 15000 pedidos abertos via Sistema, pelos diferentes setores da PRR3.

Pedidos atendidos via SNP - PRR3
da implantação até 30/09/2019



Na área de Tecnologia da Informação, o Sistema Nacional de Pedidos permitiu, devido a visão gerencial de demandas, a criação de equipes de atendimento especializado por meio dos Centros de Serviço Compartilhado (CSC). A PRR3 tem cinco integrantes fazendo parte do CSC.

Mural Digital



Em fevereiro de 2017, foram instalados os murais digitais na PRR3. São quatro monitores, afixados em locais estratégicos da Procuradoria. O intuito da iniciativa foi dinamizar a comunicação interna da unidade, que passou a oferecer mais um canal para divulgação de informações relevantes para todos que trabalham na PRR3.

Nova Intranet



Em setembro de 2018, foi concluído o processo de migração da intranet da PRR3 para o padrão nacional, unificado em todo o MPF. O objetivo da adoção de um padrão único de intranet é uma diretriz nacional e tem o objetivo de tornar a intranet um veículo de comunicação mais efetivo. A migração contou com um trabalho integrado da Comunicação e da Informática, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República.

A intranet usa um gerenciador de conteúdo diferente do que era usado na antiga intranet da PRR3. Como usuários dos diversos setores alimentam o conteúdo de suas páginas, foi ministrado pela um treinamento para que todos pudessem aprender a usar a nova ferramenta.

Arquivo documental



Foi realizado um tratamento do acervo arquivístico da PRR3, nos moldes das normativas em vigor no MPF. Para isso, foi criada uma Subcomissão Permanente de Gestão do Patrimônio Documental e contratada uma empresa especializada para realizar o trabalho, com o apoio do Setor de Gestão Documental da Coordenadoria Jurídica.

Foi adquirido um arquivo volante que comporta 1 469 vagas, com o objetivo de modernizar as instalações. Hoje, o arquivo se encontra totalmente dividido em vagas (atualmente são 2748), onde é indicada a data de eliminação dos documentos ali contidos e tendo o devido cadastro dos arquivos com guarda permanente. Com a organização e a modernização do acervo documental, foram eliminadas 10,5 toneladas de papel.

Tecnologia da Informação

Rede wifi

Foi feita a implementação de uma rede sem fio na sede da PRR3. A ferramenta, além de dar acesso à internet, permite também a conexão aos sistemas corporativos a partir de qualquer dispositivo conectado à rede. Membros, servidores e estagiários têm acesso a partir de seu email funcional e senha. A rede wifi na sede da PRR3 já está em funcionamento desde o segundo semestre de 2017.

Novo sistema de telefonia

A PRR3 passou a contar com um novo sistema de telefonia, implementada pela empresa prestadora do serviço sem custo adicional para a Procuradoria. A principal vantagem do novo sistema, desenvolvido pela própria empresa, é que ele usa muito menos recurso de processamento do que o sistema anterior. Isso reduziu muitos problemas que a rede estava apresentando, como lentidão e indisponibilidade dos ramais.



Foi implementado ainda, em 2018, um sistema de controle de ligações telefônicas realizadas na unidade: o Contel. O uso da ferramenta teve o objetivo de garantir maior agilidade na restituição de valores referentes a ligações pessoais eventualmente efetuadas e no ateste das chamadas feitas em razão de serviço.

Pool de virtualização e modernização tecnológica

A PRR3, seguindo recomendação vinda da área de tecnologia da Procuradoria-Geral da República, implantou um "pool de virtualização", com três servidores de rede físicos. A medida visa economia de recursos, tendo em vista que um servidor físico executa servidores lógicos, permitindo com que vários serviços sejam executados em apenas um equipamento.

Outra medida importante foi a implementação do MPF Drive, em substituição aos diretórios virtuais anteriormente usados. Mais de vinte setores administrativos e gabinetes já passaram pela mudança.

A PRR3 modernizou seu parque de impressão, substituindo equipamentos próprios por serviço de outsourcing. Além disso, mais de 400 microcomputadores foram substituídos, melhorando consideravelmente os recursos tecnológicos disponíveis ao público interno.

Segurança institucional

Controle de acesso

A PRR3 adquiriu uma nova solução de controle de acesso, dentro do projeto de padronização nacional do MPF. Ela foi a primeira unidade no país a buscar esta integração nacional. A solução garante maior segurança para o público interno, além de maior facilidade de identificação em trabalhos externos em outras unidades.



Segurança predial

Foram executadas diversas ações visando maior segurança das pessoas e das instalações da unidade. Entre elas, se destacam a substituição das portas blindadas da portaria Ribeirão, a manutenção das portas corta-fogo e a alteração de contrato de manutenção de videovigilância, para permitir o uso de um software com maior capacidade de armazenamento de imagens e possibilidade de expansão do sistema.

Segurança da informação

A preocupação em barrar ataques virtuais é um dos focos da equipe que trabalha com segurança de redes. A atualização do antivírus é uma medida vital para isso. Vale destacar que em 2017, a PRR3 – e todo o MPF – passaram incólumes por um ataque que atingiu o Tribunal de Justiça de São Paulo, obrigando o órgão, inclusive, a suspender os prazos processuais.

Foram desenvolvidas também melhorias na questão do data center, segregando fisicamente o ambiente que armazena os equipamentos. O controle de acesso a essa área, com isso, passou a ser exclusivo para servidores da área de tecnologia. Foi ainda configurado o Traffic Shapping, que visa priorizar o tráfego de rede institucional, diminuindo a banda da internet para outros tipos de tráfegos. Foi ainda implantado um site backup no anexo, permitindo a continuidade e disponibilidade de serviços essenciais em caso de falhas no datacenter principal.

Sustentabilidade

Criação do ecotime/innovatime

A PRR3 instituiu um Comitê de Inovação e Ecotime, composto por um conjunto de servidores de diversas áreas. Ele é responsável por implementar programas e práticas de inclusão social, preservação ambiental e sustentabilidade. O comitê também realiza diagnóstico de áreas sensíveis, que apresentem problemas e precisem ou queiram realizar mudanças. Também incube ao grupo promover a desburocratização dos serviços prestados, em especial pensando o uso de novas tecnologias e soluções ágeis.

O comitê substituiu a antiga comissão de gestão socioambiental, com um escopo de atuação ampliado, fazendo a junção das atividades socioambientais e as atividades de inovação.

Virada sustentável

Em 2016, a Procuradoria participou da programação da Virada Sustentável, recebendo uma série de eventos em sua sede. A programação ocorreu entre os dias 25 e 28 de agosto. A concepção da Virada Sustentável foi baseada nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, que tem o objetivo de promover o equilíbrio do planeta, a dignidade e a igualdade das pessoas, a paz entre as sociedades, a prosperidade de todos e o estabelecimento de parcerias para que esses objetivos sejam alcançados.

Medidas sustentáveis



A PRR3 tomou uma série de medidas sustentáveis em sua sede. Entre elas, se destacam a instalação de lâmpadas LED no prédio a Procuradoria e o reúso de água de chuva para irrigação das plantas do jardim. Vale destacar, inclusive, o acréscimo de plantas no jardim da PRR3, com a doação de mudas pelo viveiro Manequinho.

Outra medida, fruto de sugestão do Ecotime/Innovatime, foi a negociação com o restaurante da PRR3 para redução e, dentro do possível, eliminação de copos, canudos e talheres de plástico, que foram substituídos por outros materiais reutilizáveis.



Qualidade de Vida no Trabalho



Criar e cultivar um ambiente de trabalho saudável e harmônico é imprescindível para manter todos os trabalhadores motivados. Pensando nisso, em 2017, a Divisão de Qualidade de Vida no Trabalho da PGR desenvolveu o Programa Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho.

Foram várias etapas de implementação. Primeiro, o MPF ouviu o que seus integrantes tinham a dizer sobre suas percepções de fontes de bem-estar e de mal estar ocupacionais. Então, a partir desse inventário, foram elaboradas de modo coletivo propostas para melhorar a qualidade de vida na instituição, o que gerou a nossa Política Nacional de QVT.

Depois disso, em 2018, foi a vez de definir medidas específicas a serem adotadas em cada unidade. Na PRR3 tivemos uma consulta pública no começo de 2018, quando foram identificados alguns problemas. Para solucioná-los, ações foram mapeadas e construídas por 23 servidores da casa, separados em 7 equipes que trataram das temáticas definidas no programa de QVT. As ações propostas foram avaliadas e algumas autorizadas pela procuradora-chefe. Veja abaixo algumas que já foram implantadas.



Diálogo com a procuradora-chefe

O projeto em que a chefia da unidade se reúne com os servidores para um diálogo aberto passou a ser um compromisso da administração firmado no acordo de resultados de QVT.

Comunicação Não-Violenta

Com o objetivo de promover uma forma de comunicação mais direta e harmoniosa na unidade, a PRR3 realizou, em outubro de 2018, curso sobre Comunicação Não Violenta (CNV). Ministrada por uma psicóloga da Consultoria Univoz, especializada na temática, a atividade contou com a presença de 30 servidores que puderam trocar experiências e aprender mais sobre o conceito de CNV. A atividade partiu de uma demanda identificada ao longo do processo de concepção das ações locais de QVT.



Combate ao assédio moral

Outra ação proposta no acordo de resultados foi a promoção de uma palestra sobre assédio moral no ambiente de trabalho. A atividade foi realizada em dezembro de 2018 pela procuradora do trabalho Adriane Reis de Araújo, especialista no tema, e abordou o conceito de assédio moral, os critérios que podem ser utilizados para identificá-lo e as estratégias internas e externas de enfrentamento a essas situações.



Além disso, foi constituída a Comissão de Prevenção e Enfrentamento de Assédio instalou seus trabalhos em agosto de 2019, adotando como primeira providência a solicitação de um email (pr3-EnfrentamentoAssedioDiscriminacao@mpf.mp.br) que vai funcionar como canal de comunicação. Para facilitar o acesso a todos, inclusive dos terceirizados, foram divulgados ainda, em cartaz nos andares, com informações sobre a comissão.

Comissão de Gênero e Raça

Instituída em julho de 2017, a Comissão de Gênero e Raça da PRR3 tem como objetivo discutir a temática da equidade, buscando implementar medidas que favoreçam, assegurem e promovam a igualdade de raça e gênero no âmbito da Procuradoria. Ao longo dos anos, o grupo promoveu diversas atividades, mantendo contato constante com o comitê do MPF que trata do tema, tanto para capacitação de seus integrantes nos temas do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, quanto para dialogar sobre as ações a serem desenvolvidas.

Campanhas nacionais de conscientização

Anualmente, a PRR3 passou a promover atividades na unidade de acordo com as campanhas nacionais de conscientização, como Agosto Dourado, de incentivo à amamentação, Setembro Amarelo, de prevenção ao suicídio, Outubro Rosa, com orientações para prevenir o câncer de mama, e Novembro Azul, esclarecimento e estímulo a hábitos de prevenção sobre o câncer de próstata.



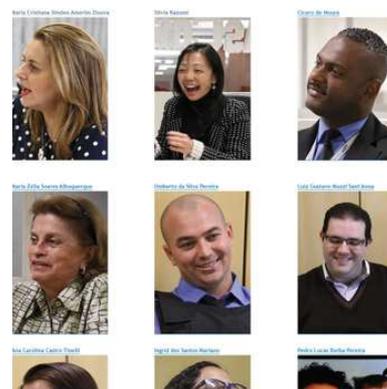
Conhecendo a PRR3

Com o objetivo contribuir para uma melhor ambientação de todos os servidores, foi desenvolvida uma seção no Boletim Informativo dedicada a apresentar os diversos setores da Procuradoria e quem trabalha neles. Com a nova intranet, a seção se transformou numa área que reúne todas as informações

publicadas sobre diversos setores. Isso faz com que qualquer usuário possa acessar de forma rápida essas informações.

Perfis

Em 2018, a Assessoria de Comunicação da PRR3 retomou a seção de perfis no Boletim Informativo da casa. O objetivo é aproximar o público, dando oportunidade de se conhecer um pouco mais das pessoas que fazem a história da unidade. Com a nova intranet, a Ascom passou também a reunir, em uma única página, todos os perfis já feitos. Um local que também abrigará novos perfis a serem escritos. São histórias de membros, servidores, estagiários, aprendizes e terceirizados que fazem ou fizeram a história dessa instituição.



Campanhas anuais de vacinação



Notadamente em 2019, quando não houve recursos orçamentários para realização da licitação anual conduzida pela PGR, a PRR3^a promoveu uma “licitação informal”, logrando êxito e localizando uma clínica especializada que forneceu as doses a membros e servidores interessados pelo preço exatamente no valor do reembolso a ser realizado pela PGR.

Diante do surto de sarampo que afetou a capital no mesmo ano, foi promovida também na PRR3 campanha de vacinação contra essa doença, com a vinda de agentes da Secretaria de Saúde do Estado para aplicar vacinas em todos que trabalham na unidade.

Programa de Corrida e Caminhada



Em 2017, a PRR3 promoveu o Programa de Corrida e Caminhada, voltado para membros e servidores da unidade. O objetivo foi incentivar a melhoria da qualidade de vida, promovendo maior integração, redução do estresse, diminuição do sedentarismo, melhoria do condicionamento físico e estímulo de hábitos de vida saudáveis. Os treinos de corrida e caminhada contaram com o apoio técnico-profissional da Assessoria Esportiva Fit Corp. Ela foi contratada para esse fim por dispensa de licitação.

Bazar Prata da Casa

Projeto de grande destaque, surgido por proposição do Núcleo de Assistência à Saúde e Bem-Estar, que identificou que havia uma demanda reprimida pela valorização dos talentos de servidores não diretamente relacionados às suas atividades laborais. Os bazares passaram a acontecer todos os anos, durante as semanas dos servidores.



Conforto térmico

Proporcionar melhor conforto térmico para as recepcionistas das portarias foi uma das propostas de QVT para a unidade. Nesse sentido, foram instalados vidros de proteção contra vento na portaria Brigadeiro, além de persianas para protegê-las do sol.

Vagas de garagem



A PRR3 realizou uma reforma no 3º subsolo, o que resultou num aumento de vagas destinadas aos servidores. Antes, havia um total de 17 vagas disponíveis, sendo duas para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, idosos e gestantes, e 15 para sorteio. Esse número agora chega a 31. Desse total, 28 vagas serão disponibilizadas por sorteio, e

3 são reservadas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, idosos e gestantes. A iniciativa está alinhada com o eixo temático 3 da Política Nacional de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), que trata das condições de trabalho.

MPF | Procuradoria
Regional da
República
Ministério Público Federal | 3^ª Região